

## RELACIONAMENTO ENTRE PAIS E FILHOS: CONFLITOS E DESENCONTROS NO SOCIOEDUCATIVO

Jacqueline da Silva Maia José<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho teve como objetivo a de promover ações educativas que favorecessem o fortalecimento afetivo familiar entre pais e adolescentes que cumprem medida(s) socioeducativa(s) na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Plano Piloto, Brasília/DF que se encontra conflituosa e com desencontros familiares. É um trabalho com enfoque qualitativo, de cunho bibliográfico e atendimento grupal. A metodologia idealizada para o desenvolvimento deste trabalho foi fundamentado por um projeto: “*Projeto - Cultivando a harmonia entre pais e filhos*”, formado por um grupo de familiares dos socioeducandos. A metodologia do trabalho em grupo teve a capacidade de fomentar a discussão entre os pares a partir da identificação mútua e com a temática abordada, promovendo, assim, o compartilhamento de experiências, o cultivo da sinergia e a criação de um ambiente acolhedor às falas dos participantes. A população participante foram de 10 (dez) responsáveis pelos adolescentes em conflito com a lei (pai, mãe, tio(a), avó(ô) do adolescente). Além dos fundamentos, este trabalho demonstrou que é viável, portanto, possível, por meio de um projeto, dar voz as angústias, aflições e ansiedades desses pais que, muitas das vezes, se culpam pelo caminho que seus filhos enveredaram-se.

**Palavras-chave:** Família. Adolescência. Conflitos. Atos infracionais.

### ABSTRACT

The objective of this study was to promote educational actions that favored the family affective strengthening between parents and adolescents who comply with the socio-educational measure (s) in the Open Care Unit of the Plano Piloto, Brasília / DF, which is in conflict with family disagreements. It is a qualitative, bibliographical and group work. The idealized methodology for the development of this work was based on a project: "Project - Cultivating the harmony between parents and children", formed by a group of families of socioeducandos. The methodology of group work had the capacity to foster discussion among peers based on mutual identification and the subject matter, thus promoting the sharing of experiences, the cultivation of synergy and the creation of a welcoming environment to the participants. The participating population was 10 (ten) responsible for adolescents in conflict with the law (father, mother, uncle, grandmother (ô) of the adolescent). In addition to the foundations, this work demonstrated that it is feasible, therefore, through a project, to give voice to the anxieties, afflictions and anxieties of these parents who, many times, blame themselves for the way their children have embarked.

**Keywords:** Family. Adolescence. Conflicts. Infractions

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Especialista Socioeducativo pelo Governo do Distrito Federal. Pós- Graduação em Pedagogia Empresarial. Mestranda em Educação na Universidade Autónoma de Assunción – UAA.

## INTRODUÇÃO

A Unidade de Atendimento em Meio Aberto é o espaço de execução das medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida- LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC das regiões Administrativas: Varjão, Lago Norte, Lago Sul, Vila Planalto, Vila Telebrasília, Sudoeste, Octogonal, Cruzeiro, SMU, Noroeste e Granja do Torto – Brasília/DF. Atende adolescentes de 12 a 18 anos incompletos (exceto aqueles que estejam cumprindo medidas socioeducativas e completem a maior idade dentro do espaço da UAMA). Esses ao atingirem 21 anos de idade são desligados automaticamente do processo. Durante os diversos atendimentos realizados com os adolescentes e familiares constatamos que há uma fragilização afetiva, um esvaziamento de pertencimento entre o adolescente e seus genitores.

A realidade social em que as famílias estão inseridas na contemporaneidade infligem determinantes que fragilizam as relações sociais intrafamiliares. A necessidade de auferir renda para sustento do núcleo trouxe mudanças nos padrões de família até então conhecidos: o modelo de família tradicional em que o homem era responsável por prover o núcleo e a mulher cuidava da casa e filhos, transmutou-se para uma infinidade de possibilidades de arranjos familiares, em que, usualmente, o(s) responsável(is) se veem obrigados a procurar o mundo externo em busca de meios para prover sua família, deixando a margem o trato da criação e educação de crianças e adolescentes. Isso representa pais saindo de casa bem cedo e chegando à noite cansados, exaustos e estressados das atividades laborais e dos diversos transportes que tiveram que se submeter no deslocamento casa-trabalho, trabalho-casa, acabando por não darem atenção aos seus filhos, não os escutando, não lhes perguntando como fora o seu dia, não os acompanhando na escola, nas amizades, nas suas atividades diárias.

Somado, ainda, por parte dos pais a perpetuação de comportamentos que causam sofrimento e consequências negativas ao seu filho, como: comparação entre irmãos, destes com seus vizinhos, primos, etc., reforçando pontos negativos e omitindo os positivos, gerando, assim, ainda mais um distanciamento maior entre pais e filhos.

Em uma discussão dialética, realizada na oficina de pais, eles poderiam reportar as suas angústias, mas também identificarem e sugerirem de como poderiam melhorar o diálogo, acompanhamento e atenção aos seus filhos, fortalecendo assim o vínculo familiar,

que é a base e alicerce da formação humana. A proposta é que as famílias sejam convocadas a participarem mediante contatos telefônicos e envio de telegramas. Na data estabelecida, foi realizada uma breve dinâmica de apresentação para conhecimento dos participantes. Em seguida, foi apresentada seguinte pergunta norteadora para promover o diálogo: quais os aspectos mais desafiadores para um bom relacionamento com o filho? A partir do debate são traçados temas prioritários que fomentaram um segundo momento de interação em que será eleito o assunto que mais gerar identificação no grupo e então com base no questionamento: que estratégias você utiliza para lidar com esse desafio? Foram problematizadas as intervenções propostas por pais e responsáveis no relacionamento com seus filhos. Finalizado este momento, foi realizada dinâmica para que os pais identifiquem os aspectos positivos de seus filhos, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar essas qualidades para o reforço do comportamento sadio e bom relacionamento entre pais e filhos.

Como fechamento da atividade, foi proposta uma avaliação oral dos participantes sobre o trabalho desenvolvido. Em momento posterior, a equipe realizou a sua própria avaliação para a identificação dos resultados, alcance dos objetivos e definição de aspectos a serem melhorados.

Para tanto, o presente trabalho fundamentou-se no objetivo, “*promover ações educativas que favoreçam o fortalecimento afetivo familiar entre pais e adolescentes que cumprem medida(s) socioeducativa(s) na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Plano Piloto, Brasília/DF*, na dinâmica grupal e nas falas de vários teóricos que abordam direta ou indiretamente sobre a presente temática, tais como: Sarti (2008), ECA (1990), Silva (2003), Roudinesco (2003), Singly (2007), Lenoir (1998), Bourdier (1996), Gomide, dentre outros.

## **1. A FAMÍLIA E O SOCIOEDUCANDO**

Os conflitos na relação entre pais e filhos perpassam gerações e são, desde sempre, motivo de debates e reflexões entre pessoas de todas as idades. A convivência entre o adulto, a criança e o adolescente traz à tona uma série de questionamentos que buscam solucionar os problemas enfrentados na hora de educar, impor limites e ao mesmo tempo, transformar tudo isso em uma relação de confiança e cumplicidade recíprocas. A categoria família é complexa e necessária para um aprofundamento nessa discussão sobre o

adolescente autor de ato infracional, posto que na maioria das vezes a família é responsabilizada e culpabilizada por toda situação. Falar sobre família é sempre algo complexo, ademais, cada pessoa possui a sua concepção com uma particularidade, “pois, é uma realidade que nos é muito próxima e que se confunde com o que nós somos, com nossa identidade pessoal” (SARTI, 2008, p.39).

A família é um ponto de referência para a criança, adolescente e o jovem na medida em que se configura como primeiro ambiente de interação social onde se aprende a dialogar, e com essa capacidade, favorece-se atitudes tão importantes como a tolerância, a assertividade, a habilidade dialética, a capacidade de admitir erros e a tolerar frustrações.

Se existe algo ou alguém em que podemos depositar toda nossa confiança, é na nossa família. Ela nos mostra o que é certo, indica os melhores caminhos, e nos proporciona um amor verdadeiro e incondicional.

Uma família em harmonia, que se ama mutuamente, permanece unida por uma vida toda é também fonte de exemplo para todas as gerações, inspirando a formação de novas famílias. É no ambiente familiar que conhecemos nossos primeiros valores e recebemos as primeiras regras sociais. Aprendemos a perceber o mundo, damos início a nossa identidade e somos introduzidos no processo de socialização. Por isso, é tão comum que nos comportemos como quem nos criou, como nossos pais e avós, trazendo traços da personalidade e atitudes muito semelhantes.

Não podemos esquecer que cada um tem um papel fundamental dentro de casa, onde existem direitos e deveres, e todos devem cumprir com suas obrigações. Aí entra o respeito mútuo, a consideração pelos mais velhos, às tarefas domésticas, os deveres diários.

Certas situações podem causar grandes frustrações em uma vida. Muitos definem a família como sendo a “base de tudo”, uma expressão bastante utilizada para caracterizar o laço familiar que vai além do sangue, sendo também emocional e espiritual. Mas esta base pode se desintegrar, desgastando e se tornando prejudicial. Então, é preciso preservá-la sempre.

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do sujeito, principalmente daqueles que estão em um período peculiar de desenvolvimento como as crianças e os adolescentes. Por essa razão, a família é referência em diversos dispositivos da normativa nacional e internacional acerca da criança e do adolescente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente a alusão à família aparece já nas disposições preliminares, haja vista o art. 4º 133 (BRASIL, 1990):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer; à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Distintos autores discorrem a respeito da temática “família”, sendo todos unânimes em afirmar a importância que ela exerce no desenvolvimento do sujeito: “A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho” (SILVA, 2003. p.203).

Para Prado (1981) a família não é um simples fenômeno natural, mas pelo contrário, é uma instituição social que varia no tempo e apresenta formas e finalidades diferentes dependendo do grupo social em que esteja inserida.

Segundo Roudinesco (2003):

Na época moderna, a família deixou, portanto, de ser conceitualizada como o paradigma de um vigor divino ou do Estado. Retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, só sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição mais sólida da sociedade. A família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a Psicanálise tentará assumir durante todo o século XX (ROUDINESCO, 2003, PP. 20-21).

Freud (1996), Sarti (2008) e Singly (2007) reiteram a importância da família na constituição do sujeito, sinalizando-nos que, mesmo com todas as mudanças enfrentadas ao longo do tempo, o grupo familiar segue sendo um pilar fundamental, tendo marcas inquestionáveis em nosso modo de ser.

A família moderna, na concepção de Singly (2007), longe de se constituir pelos laços patrimoniais, pela herança, se constrói fundamentalmente pelas relações afetivas. Há, no entanto, um paradoxo nessa mudança: se, por um lado, há maior proximidade e privacidade na relação entre familiares, por outro há maior interferência do Estado na família. O papel da escola é ilustrativo dessa relação paradoxal, já que ao mesmo tempo em que a instituição pode ser um elo de aproximação entre o adolescente e sua família, pode,

também, tomando para si responsabilidades que, em um passado não muito distante, eram especificidades do âmbito familiar.

Na mesma linha de pensamento, Parolim (2003), discorre das particularidades que distinguem a família da escola:

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (PAROLIM, 2003, p. 99).

Falar em família nos remete a pensar em um grupo ordenado composto pelos seus membros, em que cada um desempenha um papel específico.

Segundo Lenoir (1998) “a noção de ‘família’ (assim como, e de um ponto de vista negativo, a de ‘sem família’) designa, implicitamente, um todo coerente, estruturado, em uma palavra, unido” (p.74). A família desempenha papel fundamental no que se refere à transmissão dos valores e comportamentos nas diferentes classes sociais, uma vez que ela possibilita a incorporação dos hábitos primários (BOURDIEU, 1996).

Ainda Bourdieu (1996) afirma que o meio ambiente mais importante do menor e da pessoa humana é a sua família, a primeira responsável por sua evolução: boa ou má. É a presença da família que determina em parte, a infraestrutura da vida moral: o clima de bem estar do menor deriva da convivência familiar.

A criminalidade juvenil está presente em todas as classes sociais, mas principalmente nas mais desfavorecidas, nas quais o apoio e enquadramento familiar são deficientes.

Para a autora Gomide (2001) a família impactua fortemente no desenvolvimento familiar desviante:

Há uma correlação estreita entre as características dos pais ou familiares e/ou dinâmica familiar e o posterior desenvolvimento de comportamentos desviantes. A família se enfraqueceu enormemente em nossa sociedade. Sua unidade interna foi minada pela pauperização, assolada pela arbitrariedade policial nos grandes bairros periféricos, pelo tráfico de drogas, pelo alcoolismo, pela violência, pela prostituição e pelo abandono dos filhos. Sem que os pais assumissem nenhuma responsabilidade sobre seus filhos, as mães repetiam casamentos similares várias vezes, perdendo-se os filhos dos primeiros matrimônios na rejeição e na violência das relações familiares degradadas (GOMIDE, p. 37, 2001).

O menor, juridicamente entendido como hipossuficiente, com absoluta incapacidade ou capacidade relativa e, portanto vulnerável, está mais propenso a situações que se aplicam em prejuízos ou atentam a quaisquer direitos seus; ocasiões essas entendidas aqui como situações de risco. Daí a presente necessidade de um apoio biopsicossocial exercido por uma "família" (pessoas que possuam parentesco ou vínculos afetivos), segundo Bowlby (1969/1990).

Dessa forma, a família começa com um dever, que se não cumprido poderá gerar prejuízos não só para as crianças e adolescentes, mas para a própria sociedade. Paralelamente ao dever da família de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, há ainda o dever do Estado e da sociedade em geral de garantir a estes sujeitos o direito à convivência familiar.

No que tange à medida socioeducativa de liberdade assistida, o envolvimento dos familiares no processo socioeducativo é fundamental para que se alcance o objetivo de inserção social do adolescente. O termo "familiares" é compreendido como todos aqueles que com quem o adolescente tem maior proximidade e com quem de fato convive. Por isso, o contexto familiar, as circunstâncias sociais e econômicas e os modos de sociabilidade do jovem são fatores a serem trabalhados durante a execução da medida, de modo a potencializar os aspectos positivos, superar dificuldades e fortalecer a participação cidadã.

De acordo com Carvalho (2003), a família e o Estado passam a serem consideradas instituições fundamentais para o bom funcionamento da sociedade capitalista. À primeira compete oferecer afeto, socialização, apoio mútuo e proteção, e ao Estado oferecer alguns serviços no sistema público que não podem ser adquiridos no mercado de consumo, seja por não estarem disponíveis, seja pelo fato de as famílias não terem condições econômicas para adquiri-los.

Distintas são as metodologias e técnicas para o atendimento individual, grupal e familiar. Não há um padrão definido ou regulamentação no âmbito nacional ou distrital referente ao assunto. Porém, tal atendimento deve sempre buscar o estreitamento das relações entre o socioeducador/orientador e socioeducando para a formação de um vínculo forte, que proporcionará ao socioeducador uma abordagem mais profunda das questões relacionadas à vida deste jovem.

Segundo Ilanud (2004), o atendimento individual deve abranger entrevistas e diálogos para que seja possível identificar sentimentos, apreensões, dificuldades, medos e

desejos, que com maior dificuldade, se apresentariam em outros tipos de abordagem como uma atividade em grupo. Deve-se também compreender espaços de trocas de experiências, de socialização e apoio, buscando-se contribuir para que os adolescentes possam viver momentos que estimulem sentimentos como solidariedade e pertença. O socioeducador, todavia, deve entender que o processo não é linear, e que os conflitos precisam ser compreendidos, para que se possam traçar estratégias de educação dentro das capacidades do socioeducando.

Sobre o ambiente familiar, Winnicott (2009) discorre o seguinte:

Um ambiente familiar afetivo e continente às necessidades da criança e, mais tarde do adolescente, constitui a base para o desenvolvimento saudável ao longo de todo o ciclo vital. Tanto a imposição do limite, da autoridade e da realidade, quanto o cuidado e a afetividade são fundamentais para a constituição da subjetividade e desenvolvimento das habilidades necessárias à vida em comunidade. Assim, as experiências vividas na família tornarão gradativamente a criança e o adolescente capazes de se sentirem amados, de cuidar, se preocupar e amar o outro, de se responsabilizar por suas próprias ações e sentimentos. Estas vivências são importantes para que se sintam aceitos também nos círculos cada vez mais amplos que passarão a integrar ao longo do desenvolvimento da socialização e da autonomia (WINNICOTT 2009, p. 29).

A partir destas reflexões conclui-se que, quando existe convivência familiar saudável, a família torna-se o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Estas colocações reforçam a responsabilidade da família no processo de desenvolvimento e de socialização das crianças e adolescentes na vida em sociedade.

Villa e Hermida<sup>2</sup> (2002) discorrem que existem fatores familiares que afetam o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens podem ser resumidos em cinco seções principais: apoio familiar; vínculo pais/mães-filhos; atitudes parental; estilos educativos; relações familiares.

Muitos estudos mostram que as situações de risco que afetam as crianças, adolescentes e jovens, incluindo o uso de drogas, sexo sem proteção e violência, estão diretamente relacionados à: não conviver com ambos os pais; apresentar um maior grau de conflito entre os pais e os filhos; pouca realização de atividades conjuntas entre pais e filhos; história de abuso e ou maltrato familiar psíquico e ou físico.

---

<sup>2</sup> Secades Villa Y Fernández Hermida (2002), España sobre una muestra compuesta por 2.126 jóvenes escolarizados, distribuidos por casi todas las Comunidades Autónomas, se analizaba la influencia de las variables familiares em el consumo de drogas de los jóvenes.

Por outro lado, verificou-se que a redução do estresse familiar causado pela promoção de práticas parentais positivas (educativas e de controle), reduzindo o conflito familiar e prevenção de abuso funcionava como fatores de proteção. Constatou-se, portanto, que a supervisão e apoio para os pais durante a infância reduzem a incidência de fatores de risco, se o nível de apego entre mãe e filho é reforçado. A família não só exerce influência direta sobre os comportamentos de risco dos jovens para punir comportamentos, conceder retribuições ou com fins de modelagem, mas também tem um efeito modulador sobre outros fatores de risco pelo acompanhamento da adequação do ambiente social.

Para Borile (2017, p. 35), “fatores de proteção são definidos como as variáveis que contribuem para modular ou limitar o comportamento de risco”. A importância do ambiente familiar, em especial dos pais como determinantes do ajustamento psicológico e social das crianças, é amplamente reconhecida por especialistas.

### **1.1 A Transição da Infância à Adolescência**

Repensar o processo de trânsito da infância e da adolescência para a idade adulta na sociedade contemporânea nos leva a fazer uma leitura das etapas da vida em conformidade pelas quais se apresentam nos estudos atualmente e de décadas anteriores para tentarmos aprendê-las em toda a sua complexidade atual.

A palavra adolescência nasceu da palavra latina *adolescere*, que tem significado de crescer, desenvolver-se. Para alguns estudiosos como Becker (2003), Damatta (1978), Levisky (2001) e Van Gennep, (1978), esta é uma fase que carrega a marca da mudança da transformação do conhecido mundo infantil para um novo, repleto de modificações psíquicas, físicas e biológicas. Para estes autores, a adolescência era sinalizada como “idade emocional”, fase esta na qual o adolescente se encontra constantemente sujeito a conflitos, frustrações, situações novas e inesperadas. Segundo impressão de Levisky (2001), é natural os adolescentes se sentirem “desorientados” diante de diversas mudanças, internas e externas que transitam essa fase da vida. Para este autor, o adolescente precisará lidar com a transição da dependência infantil para independência adulta, por meio da busca da sua própria identidade, definição social, sexual, ideológica, profissional e emancipatória, o que nem sempre acontece de forma equânime e equilibrada, normalmente, esta etapa da vida é registrada por proibições, restrições e pela busca de novos investimentos afetivos e/ou sexuais, dentre outros.

A abordagem sócio-histórica não nega a existência da adolescência enquanto um conceito significativo para a psicologia. Todavia, não a considera como uma fase própria do desenvolvimento, mas sim como uma criação histórica da humanidade (OZELLA, 2003). Assim, à luz de novas pesquisas nesta área, hoje, uma nova trajetória de investigação, principalmente, marcadas por uma matriz sócio-histórica, se mostra com outras leituras a cerca das fases do desenvolvimento da criança e da adolescência, que muito poderá colaborar nas análises que ora propõe-se a desenvolver.

Ainda Ozella (2003) reporta que o pressuposto desses novos estudos é não mais ver a criança e o adolescente exclusivamente como seres biologicamente em transformação, mas agora entendidos no contexto da sociedade em que estão inseridos, tendo em vista que indivíduo e sociedade estão entrelaçados. Não existe dualismo entre eles, apesar das inúmeras polêmicas e posições contrárias. Procura-se a busca do indivíduo subjetivista no qual se pode detectar uma essência humana. A identidade era tida como uma característica do indivíduo, como uma exteriorização da sua subjetividade (FIGUEIREDO, 1989). O destaque recaía no indivíduo. A circunstância social era notada como fato exterior a ele (DURKHEIM, 1970).

Com isso, não se quer dizer, que as variadas abordagens estudadas anteriormente, por distintos pesquisadores, não conservem seu campo de importância e significação para o campo da adolescência. O que se percebe nesta nova linha de análise, é que o estudo da subjetividade só pode ser entendido, quando se tem como menção homens reais e concretos que são erguidos numa organização cultural.

Existe um processo de apropriação da realidade pelo indivíduo de tal forma que o homem ao viver em sociedade toma-se do social e o mundo exterior, para ele, torna-se interno (LEONTIEV, 1975 e VYGOTSKY, 1934a).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A família é um ponto de referência para a criança, adolescente e o jovem na medida em que se configura como primeiro ambiente de interação social onde se aprende a dialogar, e com essa capacidade, favorece-se atitudes tão importantes como a tolerância, a assertividade, a habilidade dialética, a capacidade de admitir erros e a tolerar frustrações. A harmonia entre pais e filhos é um dos pilares que se fundamentam os valores humanos capaz de fortalecer e alicerçar a estrutura afetiva, moral e ética de crianças e adolescentes.

Com a base familiar solidificada, com sentimento de pertencimento bem alicerçado, mesmo que a criança ou adolescente esteja vivenciando uma fase de conflitos, conseguirá fortalecer-se e superar as dificuldades e desafios que surgirão ao longo das fases do seu desenvolvimento psicossocial.

Deste modo, promover ações educativas que favoreçam o fortalecimento afetivo familiar entre pais e adolescentes que cumprem medida(s) socioeducativa(s) na Unidade de Atendimento em Meio Aberto; estimular a reflexão, com a participação ativa e dialógica dos pais ou responsável e alicerçar a estrutura afetiva, moral e ética desses adolescentes com a família devem ser um dos objetivos do atendimento grupal e familiar das UAMAs.

## REFERÊNCIAS

BECKER, D., DAMATTA, R., & VAN GENNEP. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 3a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2003. Tradução de Marco Estevão.

BORILE, M. **Alienação Parental, VI Congresso Nacional e IV Congresso Internacional**, Belo Horizonte –MG, 2017.

BOWLBY, John. **Apego e perda: Apego - A natureza do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1, 1969/1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 2007.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, 13-06-1990**. Brasília: Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, 2008.

CARVALHO, M.C.B. **Família e políticas públicas**. In.: Acosta, A.R.; Vitale, M.A.F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo, IEE/PUC-SP, p. 267-274, 2003.

DURKHEIN, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Edipro, 1970.

Silva, T.M.T. (2003). *Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada*. In. Evangelista, F.; Gomes, P. de T. (Orgs). *Educação para o pensar*. Campinas: Alínea.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Revisando as psicologias**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

FREUD, Sigmund. **Análise de uma fobia em um menino de cinco anos**. (Edição Standard Brasileira, 10). In \_\_\_\_\_. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1909.

GOMIDE, Paula. **Menor infrator: a caminho de um novo tempo**. 2a. ed. Curitiba: Juruá, 2001.

ILANUD. **Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente**- ILANUD, 2004. *Guia teórico e prático de medidas socioeducativas*. Recuperado em: <http://www.ilanud.org.br/pdf/guia.pdf>. Acesso em: 26 de março, 2018.

LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEONTIEV A. N. (1975). **Actividad, Conciencia Y personalidad**. Buenos Aires: Ediciones Ciencias Del Hombre. In: *Estudo de Psicologia*. (V.22, n.1). Campinas, 1975.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

OZELLA, Sérgio (org.) **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza: Papyrus, 2003.

PRADO, Danda. **O que é família**. 6a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Família em desordem**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

SARTI, Cynthia Ana. **Famílias enredadas**. In: *Família: Redes, laços e políticas públicas*. Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller (org). 4 ed. Cortez, 2008.

SINGLY, Francois. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. 6a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1934.

WINNICOTT, Donald. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.